

**ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 18 DE AGOSTO DE 2004**

PRESIDENTE : EXMO. SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA : EXMO. SR. DR. JAIR BRANDÃO DE SOUZA MEIRA
SECRETÁRIA : Bela. VANIA MARIA SOARES ROCHA

Às 09:00 horas, presentes os Exmos. Srs. Ministros ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, NILSON NAVES, BARROS MONTEIRO, FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, HUMBERTO GOMES DE BARROS, CESAR ASFOR ROCHA, ARI PARGENDLER, JOSÉ DELGADO, JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, FERNANDO GONÇALVES, FELIX FISCHER, HAMILTON CARVALHIDO, ELIANA CALMON, PAULO GALLOTTI, FRANCIULLI NETTO e LUIZ FUX, foi aberta a sessão.

Às 12:00 horas, foi suspensa a sessão, nos termos do disposto no art. 150, parágrafo único do RISTJ, determinando-se o seu prosseguimento para o dia 18/08/2004, quarta-feira, às 14:00, intimados os presentes, na sala de sessões da CORTE ESPECIAL.

Às 14:00 horas do dia 18/08/2004, presentes os Exmos. Srs. Ministros ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, NILSON NAVES, BARROS MONTEIRO, FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, HUMBERTO GOMES DE BARROS, CESAR ASFOR ROCHA, ARI PARGENDLER, JOSÉ DELGADO, JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, FERNANDO GONÇALVES, FELIX FISCHER, GILSON DIPP, HAMILTON CARVALHIDO, ELIANA CALMON, PAULO GALLOTTI, FRANCISCO FALCÃO, FRANCIULLI NETTO e LUIZ FUX, foi reaberta a sessão.

Ausentes, justificadamente, o Exmo. Sr. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA e, ocasionalmente, os Exmos. Srs. Ministros EDSON VIDIGAL, NILSON NAVES, HUMBERTO GOMES DE BARROS, JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, GILSON DIPP, PAULO GALLOTTI e FRANCISCO FALCÃO.

Assumiu a presidência, numa parte da sessão, o Exmo. Sr. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO.

Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.

P A L A V R A S

O SR. MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Sr. Presidente, o controle externo já começou. Ontem, os jornais noticiaram que fazemos parte da Justiça mais cara do mundo.

Acabamos de aprovar o Orçamento. É praxe, estabelecida há alguns anos, que se contenha o valor dos precatórios. Gostaria de saber se V. Exa. já recebeu o dossiê que foi estampado ontem nos jornais, pois gostaria de ter vista, caso V. Exa. não se antecipe a esclarecer.

O SR. MINISTRO LUIZ FUX: Sr. Presidente, apenas para complementar a intervenção do Sr. Ministro Peçanha Martins, gostaria de pedir a V. Exa. , com a cooperatividade que lhe é peculiar, distribuisse uma cópia desse dossiê a cada um dos Senhores Ministros, pois se trata, muito embora não seja de interesse institucional, mas de cada um de nós, pelo que se pode observar pelas falsas premissas assentadas nesse relatório.

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Pedirei diretamente ao Sr. Ministro da Justiça que, por medida de economia, para não gastar xerox do Tribunal, pois esse dossiê já foi impresso, forneça em quantidade suficiente a cada um dos Senhores Ministros, e me encarregarei disso.

Não se trata de dossiê, e, sim, de relatório, o qual já não está sendo considerado pelo próprio Ministério da Justiça. Ontem, tive um contato com o Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos e foi muito curioso, pois fomos convidados, o Sr. Ministro Jobim, o Sr. Ministro Vantuil Abdala e eu, para assistirmos ao lançamento desse relatório. Quando terminou a apresentação do relatório, saí rapidamente para atender

compromissos, e os outros ficaram prestando declarações sobre a importância do fato.

Posteriormente, ao examinar o relatório, fui procurado pelo Dr. Jorge Antônio Maurique, também presente à apresentação, que me chamou a atenção para alguns aspectos. Essa conversa prolongou-se até à noite; dentro do princípio de que as relações entre os Poderes devem ser conduzidas dentro da mais absoluta harmonia, evitei, portanto, a radicalização nas contestações quanto ao dossiê.

Ontem à tarde, informou-me o Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos e o Dr. Maurique que sairia uma nota de retratação subjetiva do Ministério, à guisa de autocorreções, a respeito de alguns dados que foram, realmente, manipulados de forma equivocada.

Então, esse documento já não tem, hoje, em razão das próprias dúvidas reconhecidas pelo seu editor, tanta importância, até porque o próprio Ministério da Justiça já informou que fará as reavaliações e as correções indispensáveis.

Não obstante, sendo interesse dos Srs. Ministros Francisco Peçanha Martins e Luiz Fux, pedirei que me enviem mais cópias.

O SR. MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Sr. Presidente, todo o País tomou conhecimento de informações equivocadas. Faço esse pedido, porque estive na Bahia participando de uma solenidade promovida pela OAB/BA, presente o Presidente do Conselho Federal, na qual declarei que o custo da Justiça Federal no Brasil era de cerca de 1% do orçamento da União.

Por isso, preciso desse documento para examiná-lo e confirmar que minhas informações estão certas. No relatório estão, por certo, embutidos os chamados "esqueletos", que não criamos, e resultam de leis e atos dos poderes legislativo e executivo.

O fato é que estamos passando como integrantes da Justiça mais ineficiente e cara do mundo, embora trabalhando como mouros, carregando água em cesto, e isso não é agradável.

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Srs. Ministros, pessoalmente, não dou nenhuma importância a esse fato, haja vista que o documento está furado. Foram reconhecidos esses furos pela própria autoridade que o emitiu, dentro do compromisso de que serão feitas as correções. Os protestos devidos já foram lavrados pelo Sr. Ministro Nelson Jobim, por mim e pelo Sr. Presidente da Associação dos Juizes Federais.

A meu ver, não devemos dar maiores desdobramentos ao incidente porque temos outras promessas da maior importância para com a sociedade brasileira a cumprir, e tudo que for para tumultuar as boas relações da harmonia entre os Poderes, sem perda em nenhum instante da independência, devemos evitar.

Então, o meu trabalho ontem foi o de bombeiro para evitar que as coisas se espraiassem e que se perdesse tempo. Mas o pedido do Sr. Ministro Francisco Peçanha Martins está deferido e será providenciado urgentemente.

O SR. MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Sr. Presidente, fazemos muitas coisas importantes no nosso dia-a-dia. Acredito que julgar é a coisa mais importante em um país democrático, e só tenho feito isso.

A mim importa, sim, a reputação do Órgão do qual faço parte, e não estou satisfeito, porque estamos apanhando e não estamos, pelo menos, respondendo, para que o povo saiba que não é o tribunal responsável pelo alto custo, denunciado por equívoco, quero crer.

Estou falando a V. Exa. como falarei ao Sr. Ministro da Justiça. Não posso entender por que sofre o Judiciário uma campanha orquestrada, que começou pelo projeto de "controle externo do Judiciário", passa pelo "controle do Ministério Público" e vai ampliar-se pelo controle da imprensa. Não sei o que mais se vai "controlar" neste País.

Ainda ontem, por exemplo, em uma operação policial que se fez - deu-me a notícia o Sr. Ministro José Delgado - foram invadidos escritórios de advocacia no Brasil, o que é lamentável para a democracia, pelo menos para a democracia que quero

viver. Por isso, digo necessário responder, com nota oficial esclarecedora do custo orçamentário do STJ.

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Sr. Ministro Francisco Peçanha Martins, V. Exa será de pronto atendido. Apenas sugiro a leitura dos jornais de hoje. Estamos falando sobre os jornais de ontem.

O SR. MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS: Sr. Presidente, o Ministério Público, a imprensa e alguns juízes despreparados têm aplicado o chamado teste de analfabetismo. Reúnem pessoas do campo, que pretendem participar do processo político, e as colocam em uma sala, com pompa e solenidade diante do Ministério Público e da imprensa, para escrever um ditado. Depois, proclamam aos jornais que os pobres camponeses são analfabetos.

O Superior Tribunal Eleitoral ontem pôs um limite a semelhante irrisão. Relator, fiquei preparando o acórdão até uma hora da manhã. Hoje, nove horas e poucos minutos, estou aqui, para enfrentar sete horas de sessão. Saiu uma injúria, lançada pelo governo, que proclama aos quatro ventos a mentira de que o juiz brasileiro é rico e vagabundo.

O SR. MINISTRO NILSON NAVES: A imprensa defende, abertamente, o controle externo do Judiciário, mas, quando se proclama a necessidade de seu controle, ela se arrepiá. São coisas lamentáveis, entre elas, o relatório de agora, oriundo do Ministério da Justiça.

O SR. MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS: Também me arrepiá. Mas estamos recebendo isso calados. Por exemplo: O Ministério da Justiça diz que o Poder Judiciário é extremamente caro, mas por quê? Um dos motivos é a verba do precatório; outro é que, no Amapá, por exemplo, há vários juízos vagos por falta de dinheiro, e, apesar disso, imputaram aos seus juízes a pecha de malandros, porque eles são poucos e levam a carga proposta por muitos.

Outro tema: na reforma do Judiciário, mexeu-se em tudo, menos no art. 100. Conversei com um dos próceres do Poder Judiciário, querendo levar aquela emenda que o Superior Tribunal de Justiça remeteu, e ele disse que essa questão não iria a frente, porque aumentaria o endividamento do Estado. Por isso, ficaremos quietos, continuando tudo como está, em uma circunstância brutalmente injusta e deformada juridicamente. A deformação é tanta que esta Corte Especial tende a se transformar em uma câmara criminal. Gastamos nosso tempo a julgar supostos crimes, para prender as pessoas. Enquanto isso, as grandes questões da cidadania estão sendo deixadas ao largo.

O Poder Judiciário hoje já é, como tenho dito há algum tempo, um semipoder, um poder acororado. É preciso que nos ergamos, porque a única luta que se ganha acororado é o judô.

O SR. MINISTRO ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO: Esse relatório do Sr. Ministro da Justiça está realmente a causar um grande mal-estar à Justiça brasileira. Inclusive este Tribunal está sendo atingido na própria dignidade.

Não existe no País um Tribunal que tenha um índice de julgamento igual ao nosso. Basta ver, não estou com a estatística, que recebemos mais de um milhão de processos desde a criação deste Tribunal, e cerca de 8% deixaram de ser julgados. Poderíamos dizer que 8% de um milhão seriam oitenta mil processos, um número muito grande, mas oitenta mil processos é menos do que o volume que se julga em um semestre neste Tribunal.

O Tribunal, sob este aspecto, pode-se considerar em situação muito boa em termos de julgamento. Mas o pior é que se fala que a Justiça brasileira seria uma grande consumidora das verbas públicas. Na órbita Federal - e posso dar o meu depoimento - isso não acontece. Se se compulsar a Lei de Diretrizes Orçamentárias dos últimos anos - e essa é uma Lei aprovada pelo Congresso Nacional -, poder-se-á verificar que as verbas destinadas ao Judiciário brasileiro federal, no seu total, não chegam a alcançar 1.2% do Orçamento da República. Em geral, esse índice fica entre 0.79% a 0.80%, quando atinge o máximo chega a 1.2% do Orçamento da República.

Portanto, no contexto geral, verifica-se que se trata de um volume de verba relativamente razoável em termos das necessidades do País. Verba suficiente para atender toda a demanda da Justiça Federal, altamente comprometida com causas ajuizadas pelos entes públicos, especialmente pela União, pelas Autarquias Federais, além dos Estados e Autarquias dos Municípios. Enfim, é o próprio Estado brasileiro usando inadequadamente o Poder Judiciário para, depois, criar comissões que vêm conspurcar a sua dignidade, a sua atuação. Isso, realmente, há de ser repellido.

Portanto, Sr. Presidente, creio que, se a Corte assim entender - e que V. Exa. ouça a Corte - essa manifestação de preocupação e de repúdio pela divulgação desses dados deverá ser manifestada por V. Exa. , ao Sr. Ministro da Justiça. Preocupa-nos muito o fato de esses levantamentos terem sido feitos por órgãos internacionais.

Normalmente, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial possuem documentos com numerosos questionamentos e pretendem financiar a Justiça brasileira, como se a nossa Justiça fosse algo que pudesse ser estruturado de acordo com as conveniências do capital internacional. A isso temos que repelir, porque a Justiça brasileira é um Órgão da soberania nacional e deve funcionar com a prevalência dos recursos orçamentários. Isso é importante e deve ser levado em conta.

Creio que o relatório, da forma que foi divulgado, provocou malestar, o que deve ser manifestado oficialmente por meio de V. Exa. , Sr. Ministro Presidente desta Corte, ao Sr. Ministro da Justiça.

É o que proponho.

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Srs. Ministros, estamos nos reportando ao que os jornais de ontem disseram. Ninguém está se lembrando do que os jornais de hoje estão dizendo. Vejam as notícias:

O Globo: "Jobim e Vidigal Atacam o Diagnóstico do Judiciário";

Herval Pereira: "Tiro pela Culatra";

O Estado de São Paulo: "Tribunais Desqualificam Dossiê e Prometem Outro";

Folha de São Paulo: "Supremo e STJ Contestam Relatório Sobre Juízes";

Valor Econômico: "Presidentes Dizem que Radiografia do Judiciário é Equivocada".

O SR. MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: V. Exa. é Presidente de um Tribunal que se diz "Tribunal da Cidadania" e congrega todos os tribunais do País. Acabamos, na semana passada, de aprovar um orçamento. O que temos de dizer deve ser em uma nota pública, cujo teor deverá esclarecer o quanto custa o STJ. É isso que, a meu ver, deve ser feito.

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): É do meu dever chamar à reflexão e à prudência. Não estou aqui para tocar fogo no circo. Não é bem assim, Sr. Ministro Francisco Peçanha Martins. A Justiça tem o dever da prudência. As relações entre os Poderes são independentes, mas temos compromisso com a harmonia. V. Exa. afirmou que não conhece o documento e está se manifestando sobre o que não conhece.

O SR. MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Sr. Ministro-Presidente, apenas quero que V. Exa. declare de quanto é o nosso orçamento e a que se destinam as verbas. Essa declaração mostrará ao povo que não estamos orçando exageradamente os custos, e que, em nosso orçamento, se inclui (desde a Presidência do Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro é assim) a conta do precatório, ou seja, dívidas do Estado. É preciso, portanto, que o povo saiba disso, mediante nota oficial. Não adianta essa informação ser dada só por notícia em jornal. A notícia de jornal é opinativa e não oficial.

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): E o povo saberá disso? Convocarei uma Rede Nacional de Televisão para dizer o que V. Exa. está dizendo?

O SR. MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Não, Sr. Presidente, basta uma nota oficial.

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): E todo mundo lerá uma nota oficial, Sr. Ministro? Quem lê nota oficial neste País?

O SR. MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Sr. Presidente, pelo menos ficará publicamente assinalado o inconformismo. O que sempre disse como Conselheiro da OAB/BA, quando, por exemplo, atacavam os advogados, é que queria ter a oportunidade de responder, se acaso acusado, porque mantinha arquivados os documentos justificadores dos meus atos profissionais, o que me parece devemos fazer, para esclarecer o povo.

O que está acontecendo? Hoje, estarão dizendo que a Justiça brasileira é caótica. Sabemos que ela é morosa e, por isso, estamos reclamando providências. A ser tão cara como dito, o País não agüentaria tal ônus. Esse é o fato a esclarecer.

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Srs. Ministros, precisamos trabalhar. Estamos aqui para trabalhar, para julgar processos. Não podemos transformar uma reunião da Corte em sessão da Câmara dos Deputados.

O SR. MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Mais do que tenho trabalhado, não é possível, Sr. Presidente. Ontem, cheguei a uma hora da manhã em minha casa, após sessões do TSE.

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Sr. Ministro Francisco Peçanha Martins, todas as manifestações de V. Exa. serão divulgadas na íntegra na página do Tribunal na Intranet.

O SR. MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Com certeza, Sr. Presidente, assino embaixo.

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Todas as manifestações proferidas serão divulgação na íntegra. A sessão é pública.

O SR. MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Com certeza, Sr. Presidente, é por isso que faço tais ponderações.

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Essa repercussão, atendendo ao pedido do Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, levarei novamente ao Sr. Ministro da Justiça, na reiteração daquilo que, ontem, já havia manifestado. Apenas estou pedindo um pouco de reflexão, porque essas indignações, por mais procedentes e justas, reportam-se ao que os jornais de ontem publicaram. Nem tempo tivemos de ler o que os jornais de hoje estão rebatendo, publicando as respostas merecidas tanto do Sr. Presidente do STJ quanto do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal e dos Senhores Presidentes das entidades representativas dos juizes. Peço a compreensão de V. Exas. , porque preciso começar a sessão da Corte. A nossa pauta já está de há muito atrasada.

O SR. MINISTRO ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO: Sr. Presidente, V. Exa. expressou-se muito bem. Não se trata de colocar em xeque o Sr. Ministro da Justiça, mas, agora, V. Exa, já com o respaldo do Tribunal, manifesta essa preocupação com a diplomacia que lhe é natural. É isso que se pretende.

Brasília, 18 de agosto de 2004.

MINISTRO EDSON VIDIGAL
Presidente da sessão

VANIA MARIA SOARES ROCHA
Secretária